notícias TerrAzul

Destaques:

10 Anos de ECOXXI -Testemunhos de Júris e Municípios
Boletim ECOXXI - Boas Práticas de janeiro e fevereiro
Governança & Cidadania: papel das autarquias | Artigo de Opinião
8 Municípios ECOXXI com EMAAC elaborada
48 Candidaturas a Eco-Freguesia
Indicador "Turismo Sustentável" - a perceção dos municípios

ABAE ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA

Ano 17 nº 36
ECOXXI
fevereiro de 2017
Distribuição Gratuita

TERRAZUL NOTÍCIAS - BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA
EDIÇÃO ESPECIAL ECOXXI 2017

TERRAZUL notícias

Editorial

Amadurecido e estabilizado após 10 anos de constante atualização e afinação, o ECOXXI entra agora na sua 2ª década afirmando-se cada vez mais como uma ferramenta útil à monitorização interna dos municípios e simultaneamente um prémio que mais do que estabelecer *rankings* pretende enfatizar os vários percursos para a sustentabilidade percorridos pelos municípios portugueses.

No ano em que Portugal terá, como previsto, uma Estratégia para a Educação Ambiental finalmente aprovada, o ECOXXI alerta para a importância de educar os decisores enquanto promotores e facilitadores de políticas que contribuam para a construção dessa visão de um futuro que valorize o território, realize uma gestão inteligente de recursos e assente num paradigma energético eficiente e renovável.

Margarida Gomes
Coordenadora Nacional do ECOXXI

Prémio Nacional

Eco-Freguesias XXI

As Candidaturas ao prémio "freguesia mais sustentável" terminaram no dia 15 de janeiro de 2017, estando o **processo de avaliações a decorrer** com a colaboração de um grupo de peritos da ABAE, APA, ICS-UL e ISEC. + info: p. 7

Contributos para ENEA 2020

CAMINHO PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL2020

O ECOXXI reconhece a dimensão da educação ambiental enquanto elemento fundamental das políticas municipais, procurando contribuir para uma governação mais aberta, responsável e participativa, para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável. + info: p. 3

ECOXXI 2017 - Candidaturas Abertas
24 de fevereiro a 31 de maio

ECOXXI 2017

ABAE ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA eco XXI

No dia 24 de fevereiro, na Agência Portuguesa do Ambiente, na Amadora, terá lugar a **Ação de Formação ECOXXI 2017** que marca o lançamento de mais uma edição do Programa.

As Candidaturas estão abertas até 31 de maio.

Nesta edição:	Pág.
Editorial	1
10 Anos de ECOXXI -Testemunhos de Júris e Municípios	2 e 3
Boletim ECOXXI - Boas Práticas de janeiro e fevereiro	4
Governança & Cidadania: papel das autarquias | Artigo de Opinião	5
8 Municípios ECOXXI com EMAAC elaborada	6
48 Candidaturas a Eco-Freguesia	7
Indicador "Turismo Sustentável" - a perceção dos municípios	8

10 Anos de ECOXXI -Testemunhos de Júris e Municípios

Nesta edição, destacamos alguns testemunhos de alguns elementos da Comissão Nacional do Programa ECOXXI, bem como de municípios que participam no Programa há mais de cinco anos.

"O Programa ECOXXI destaca-se pelo seu papel de promotor/motivador junto dos municípios, com o objetivo de implementar medidas de transição para a sustentabilidade no terreno. Ao sensibilizar e premiar, anualmente, as boas-práticas autárquicas, centra propósitos no que é considerado mais importante e mais necessário nos dias de hoje: melhorar a qualidade de vida e de bem-estar das pessoas, a nível local, e, assim, dar passos seguros para a preservação do futuro global". **José Fidalgo (Docente no ISEC)**

O ECOXXI distingue-se na procura e concretização de caminhos para posicionar à escala local o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Referenciada há mais de duas décadas, mobilizando um vasto número de setores para um conjunto de matérias conducentes à implantação de um modelo aberto de desenvolvimento sustentável, esta agenda local XXI, verdadeiro processo de educação ambiental, contribui para a criação de valores, políticas e práticas quotidianas, individuais e coletivas, sociais e institucionais, indispensáveis a uma sociedade mais justa e equitativa. Destaca-se como pilar estruturante deste projeto a *Educação Ambiental para a Sustentabilidade* (Indicador 1, deste projeto), que estimula o desenvolvimento de uma cidadania que se quer mais consciente e conhecedora, para levar a cabo e garantir o sucesso das ações de sensibilização, informação, formação e educação para a sustentabilidade".

Jorge Neves (Técnico Superior da APA – DCOM/DCA)

(…) sendo uma avaliação independente do trabalho que é desenvolvido, permite-nos um extensivo diagnóstico dos pontos fortes e das oportunidades de melhoria (…)

"A candidatura do Município de Macedo de Cavaleiros ao "ECOXXI" é mais do que o desejo de obter uma bandeira e/ou galardão, é uma ferramenta de gestão da sustentabilidade. Este programa da Associação da Bandeira Azul da Europa pretende traduzir o caminho a percorrer para atingir a meta dos 100%, ou seja, o percurso da sustentabilidade. O "ECOXXI" pretende valorizar um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável, alicerçados em 2 pilares: a educação no sentido da sustentabilidade; e a qualidade ambiental. Este conjunto de aspetos é materializado através dos indicadores e sub-indicadores, que visam aferir progressos e estabelecer metas a atingir. Por fim, a pontuação resultante da avaliação, atribuída a cada indicador, procura refletir o peso absoluto e relativo das componentes consideradas, visando a obtenção de um índice sintético e de fácil interpretação que se vai traduzir numa percentagem. Um município só está em condições de aferir se está a fazer um bom percurso na sustentabilidade e qualidade ambiental se se permitir avaliar nos domínios que o programa "ECOXXI" preconiza, razão pela qual continuo a acreditar neste Projeto". **Duarte Moreno (Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros)**

"O Programa ECOXXI insere-se nas medidas de promoção da sustentabilidade definidas pela Câmara Municipal da Lousã, sendo uma avaliação independente do trabalho que é desenvolvido, permite-nos um extensivo diagnóstico dos pontos fortes e das oportunidades de melhoria.

O desafio do desenvolvimento sustentável é multidisciplinar e o ECOXXI permitiu uma visão global e aglutinadora dos projetos dos vários pelouros, dada a variedade dos seus indicadores. Permitiu-nos, por exemplo, o desenvolvimento da Oficina de Segurança, enquanto Equipamento de Educação para a Sustentabilidade, com um Projeto Educativo forte e variado, e a valorização da Serra da Lousã enquanto destino de turismo ativo e de natureza. Este Programa assume ainda especial importância na divulgação e disseminação de boas práticas e constitui um estímulo adicional, dada a sua visibilidade local e nacional". **Soraia Correia (Técnica Superior da Câmara Municipal da Lousã)**

"O Programa ECOXXI tem vindo a afirmar-se como um importante e reconhecido instrumento para a promoção de boas práticas de sustentabilidade local. Neste contexto, gostaria de assinalar a relevância do programa a três níveis. Um primeiro, e mais evidente, relacionado com o papel detido pelo ECOXXI enquanto ferramenta que possibilita a avaliação do comprometimento das políticas municipais em relação aos objetivos subjacentes a um processo de desenvolvimento mais sustentável. Um segundo nível, relacionado com o papel do programa enquanto ferramenta que possibilita a monitorização das políticas municipais, permitindo aferir das trajetórias de sustentabilidade dos municípios. Um terceiro nível, que envolve o papel do programa na sensibilização dos municípios e na disseminação de boas práticas de sustentabilidade local. Complementarmente, cumpre ainda destacar a formulação do ECOXXI como plataforma (ou fórum) que possibilita o estreitamento do contacto, da interação e da articulação entre técnicos de diferentes áreas – e com distintos enquadramentos institucionais – sobre os diversos temas contemplados pelo programa. Uma experiência particularmente interessante, e que ocorre tanto num plano horizontal (i.e. entre membros do júri) como num plano vertical (i.e. entre os membros do júri e os candidatos, nomeadamente aquando das ações de formação e das fases de candidatura)". **André Fernandes (Investigador da FCSH-UNL.CICS NOVA)**

O Programa ECOXXI e a ENEA 2020

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020) identifica, para o período 2017-2020, um conjunto de importantes desafios que testemunham e dão corpo a uma nova literacia ambiental, assente na "aquisição dos conhecimentos, competências, valores e atitudes, com desígnio de sustentabilidade, que permitam uma cidadania ativa e ambientalmente culta" (ENEA, 2016: 4). Desta forma, é estabelecido um quadro de referência suportado por orientações gerais, com as quais o ECOXXI deve estar articulado, relevando compreender de que forma este Programa contribui para o compromisso "colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal" (ENEA, 2016: 11).

Assente nos princípios de Agenda 21 Local e alicerçado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o **ECOXXI tem como principal missão incentivar, motivar, mobilizar as autarquias** para a criação de valores, políticas e práticas ambientais não só individuais mas sobretudo coletivas, de uma forma transversal e integradora, assentes em processos colaborativos e participativos, e parcerias estratégicas coerentes com uma ética ambiental.

É por isso um Programa que **reconhece a dimensão da educação ambiental** enquanto elemento fundamental das políticas municipais, procurando contribuir para uma governação cada vez mais aberta, responsável e participativa, para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável, privilegiando o *networking,* a partilha de boas práticas e a aprendizagem com os casos de sucesso.

O ECOXXI assume-se, assim, como uma importante **ferramenta que incentiva e orienta a ação**, apoiando a tomada de decisão autárquica, em linha com três pilares essenciais da ENEA 2020: descarbonizar a cidade; tornar a economia circular; e, valorizar o território. Tratam-se, pois, de princípios que estão intrinsecamente ligados à atuação municipal, dadas as suas atribuições e competências no âmbito da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico.

Relativamente ao **primeiro eixo**, importa referir que o clima, não tendo um enfoque específico e incisivo no âmbito do Programa ECOXXI, encontra-se subjacente de uma forma transversal, dado que "a mudança de comportamentos está no centro da alteração de paradigma em que assenta a transição para esta economia competitiva, resiliente e de baixo carbono" (ENEA, 2016: 13).

Em linha com o estabelecido pela ENEA, também o ECOXXI visa contribuir para a **melhoria da eficiência energética** aferindo, entre outros aspetos, a implementação de programas de racionalização dos consumos de energia e/ou de utilização de energias renováveis nas frotas municipais, iluminação pública, edifícios municipais; avaliando metas para o aumento da eficiência energética (redução do consumo); e valorizando a integração de energias renováveis nas instalações municipais.

De facto, o Programa analisa as competências e iniciativas dos municípios em matéria de energia, tendo como objetivo "garantir o acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos" (Objetivo 7 da Agenda 2030).

No que respeita o sector dos transportes, o ECOXXI também desempenha um importante papel na **sensibilização dos cidadãos, técnicos e decisores políticos para os efeitos das suas opções modais,** aferindo: as ações de promoção e/ou de melhoria dos serviços de transporte público implementadas pelos municípios; incentivando a utilização dos modos suaves; e, avaliando as medidas de gestão/racionalização do transporte individual implementadas pelo município. O Programa valoriza ainda a existência **de uma política coerente, materializada em ações/medidas dirigidas a uma mobilidade mais sustentável**, procurando "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" (Obj. 3 da Agenda 2030).

(…) contribuir para uma governação cada vez mais aberta, responsável e participativa, privilegiando o *networking,* a partilha de boas práticas

A sustentabilidade das políticas municipais e a boa governança local está intrinsecamente relacionada com a gestão sustentável dos recursos, um princípio que vai ao encontro das orientações subjacentes ao segundo eixo temático da ENEA. De facto, **proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos recursos é uma orientação transversal a todos os indicadores do ECOXXI,** quer no que respeita à garantia de "disponibilidade e utilização sustentável da água e saneamento para todos (Objetivo 6 da Agenda 2030) e "conservação e uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos" (Objetivo 14 da Agenda 2030), quer no que respeita à proteção, recuperação e promoção do "uso sustentável dos ecossistemas terrestres (…)" (Objetivo 15 da Agenda 2030).

Em consonância com o terceiro eixo temático, o ECOXXI **avalia algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território e urbanismo**, não só no que respeita ao ordenamento e gestão dos espaços verdes e florestais, mas também no que respeita as operações urbanísticas de requalificação do património e processos de ocupação e uso do solo. O ECOXXI tem, assim, subjacente o princípio segundo o qual "um espaço sustentável e bem ordenado terá de traduzir-se na valorização dos recursos, na preservação e valorização do Ambiente e do património, no ordenamento do uso do solo e dos estabelecimentos humanos, na qualificação e estruturação da paisagem, e na prevenção dos riscos, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados corretamente ordenados" (ENEA, 2016: 16).

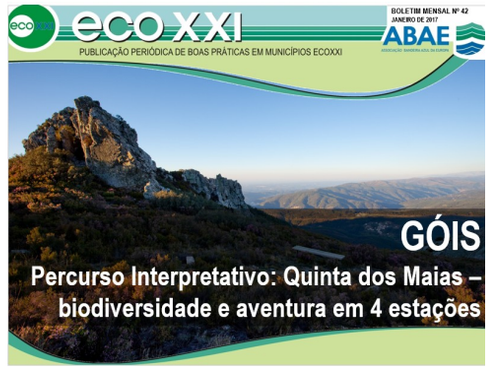
O ECOXXI, em linha com as recomendações da ENEA, alicerça-se igualmente no princípio de que a sustentabilidade requer o **desenvolvimento da educação, a sensibilização, a informação, a participação, e a responsabilização, tendo em vista a incorporação destas orientações em todas as políticas e práticas locais, numa perspetiva de continuidade.**

Boletim ECOXXI - Boas Práticas de janeiro e fevereiro

Todos os meses é publicado um Boletim, que visa destacar um município ECOXXI e uma boa prática inserida nas temáticas da candidatura. Desde agosto de 2013 já foram publicadas 43 boas práticas.

Destacamos as edições do Boletim já publicadas em 2017, nos meses de janeiro e fevereiro, que evidenciam o trabalho desenvolvido pelos municípios de Góis e Mealhada, respetivamente.

Percurso Interpretativo do Souto da Quinta dos Maias | Município de Góis



O Município de Góis, candidato ao Programa ECOXXI desde 2016, está empenhado em desenvolver de forma sistemática e consistente um projeto municipal que compreende a programação de atividades a desenvolver a curto, médio e longo prazo, suportadas por um conjunto de linhas prioritárias de ação.

Este percurso interpretativo integra o plano de instrução ambiental definido pelo município e visa: dar a conhecer a incomparável riqueza e dos frescos dos Soutos da Quinta dos Maias; mostrar a diversidade da fauna no percurso do Rio Ceira; e promover atividades estimulantes adequadas às faixas etárias dos participantes.

Devolver a cidade às pessoas é a principal ideia de um plano de mobilidade que até 2023 pretende dotar o concelho de Stº Tirso com mais de 20 Kms de ciclovia.

Centro de Interpretação Ambiental da Mealhada | Município da Mealhada

O Município da Mealhada, candidato ao Programa ECOXXI desde 2008, possui um equipamento de educação ambiental de excelência: o Centro de Interpretação Ambiental da Mealhada (CIA). Localizado no Parque da Cidade, o CIA é um espaço que procura despertar para a mudança de comportamentos e atitudes sobre a problemática ambiental e dotar os cidadãos de conhecimentos e meios que lhes permitam lidar com os desafios de um desenvolvimento sustentável.

O CIA é um edifício equipado com modernos meios audiovisuais e apresenta um Plano de Atividades de Educação Ambiental com uma vasta oferta de atividades gratuitas, contando atualmente com mais de 4.000 participantes.

Santo Tirso Aposta na Mobilidade Sustentável

A Câmara Municipal de Santo Tirso apresentou um plano de mobilidade sustentável que pretende reorganizar o centro da cidade em prol dos peões e das bicicletas.

Entre os principais eixos encontram-se a construção de ciclovias, a reformulação das principais praças, a reorganização do estacionamento e a aposta nos transportes públicos intermunicipais. Um investimento na ordem dos oito milhões de euros.

Devolver a cidade às pessoas é a principal ideia de um plano de mobilidade que até 2023 pretende dotar o concelho de mais de 20 quilómetros de ciclovia, reestruturar os principais espaços públicos da malha urbana em prol dos peões, apostar num serviço intermunicipal de transportes públicos e reorganizar o estacionamento.

"A mobilidade tem de ser sustentável. É esse o caminho que queremos seguir, o de privilegiar o que não é poluente e, por isso, os peões e as bicicletas têm de estar em primeiro lugar", defendeu Joaquim Couto, presidente da Câmara Municipal, numa sessão que contou com a presença do secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes.

Artigo de Opinião

Governança & Cidadania: papel das autarquias

Após a revolução de Abril de 1974, de acordo com a Constituição em vigor desde 2 abril de 1976, os presidentes de câmara municipal e os presidentes de Junta de freguesia são eleitos diretamente, por sufrágio direto e universal, pelos cidadãos. As atribuições das autarquias locais passaram a ser exercidas em plenitude e exclusividade, mesmo que por delegação, apenas admitindo que o Governo exerça a tutela administrativa sobre as autarquias locais e suas associações, desde que não ponha em causa a característica de autonomia pela qual se deve pautar toda a vida autárquica.

A administração pública estrutura-se em três níveis: (1) **Administração Direta** do Estado que integra todos os órgãos, serviços e agentes integrados na pessoa coletiva Estado, sob dependência hierárquica do governo; (2) **Administração Indireta** do Estado que integra as entidades públicas, distintas da pessoa coletiva "Estado", dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira; (3) **Administração Autónoma** que integra entidades que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem e que definem autonomamente e com independência a sua orientação e atividade, incluindo-se neste nível a administração regional (regiões autónomas da Madeira e dos Açores), a administração local (municípios e freguesias) e as associações públicas (pessoas coletivas de natureza associativa, criadas pelo poder público).

O crescimento populacional, sobretudo no Litoral, com os consequentes aumentos de assimetrias devido à concentração de pessoas, sobretudo nas grandes metrópoles, promoveu um conjunto de mudanças, resultantes da circulação de pessoas na procura de melhor qualidade de vida, desencadeando um novo mosaico habitacional, com alteração de hábitos sociais, bem como no sentido dos limites geográfico-identitários das comunidades.

Atualmente, em Portugal, existem 308 municípios, 3.091 freguesias, 23 Comunidades Intermunicipais (CIM), 2 Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto), 40 associações de municípios para fins específicos, 33 serviços municipalizados e empresas municipais e 247 intermunicipais. As entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), associações de freguesias e de municípios de fins específicos constituem o universo do associativismo autárquico, cuja disciplina legal consta do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (título III - artigos 63.º a 110.º). Estas entidades têm a natureza de associações públicas de autarquias locais. Constata-se que a organização político-administrativa do território, apesar das diversas tentativas de alteração (experiências atrás de experiências), teima em manter-se como uma estrutura de decisão muito vertical, limitadora da ação, sem visão prospetiva e sem apresentar, no seu horizonte, às gerações futuras, uma prerrogativa de opções para o desenvolvimento; apenas se tem traduzido numa disparidade de instrumentos de gestão, por vezes sobrepostos, com múltiplas tutelas que não cumprem com os requisitos de uma informação clara e da necessária celeridade e elasticidade na decisão, como é desejável, numa sociedade eficiente e democrática. Esta complexidade, por um lado, oriunda de interesses diversos entre a administração local e a administração central e, por outro, dos desafios da sustentabilidade e dos efeitos da globalização sobre as pessoas, torna importante percecionar, na ótica da comunidade local, qual o modelo político-administrativo mais adequado para o país.

Por um lado, as comunidades locais são, por excelência, os espaços ondes as dinâmicas ocorrem, mas elas próprias estão a mudar rápida e intensamente, obrigando a procurar novos conceitos que permitam resolver os processos antagónicos que ocorrem nas grandes aglomerações populacionais. Por outro lado, os processos de globalização têm provocado grandes mudanças, evidentes em sectores como o ambiente, a alimentação e os fluxos migratórios. Para alcançar um desenvolvimento sustentável é necessário inverter esta lógica, para uma outra, norteada pela identificação, otimização/racionalização dos seus ativos e recursos estratégicos, em projetos que garantam eficiência e sustentabilidade económica e social, numa perspetiva de médio e longo prazo. A não atenção a todas estas perspetivas, a história passada e presente assim nos conta, tem originado que países, concelhos e cidades atravessem períodos prolongados de debilidade económica: desequilíbrio comercial, dívidas cada vez maiores, inflação elevada e desemprego. Segundo Manuel Castells, tendo em conta as novas tendências económicas e sociais, uma das alternativas para a reconstrução da democracia, passa pela recriação do "Estado Local", nomeadamente através de uma maior descentralização e participação dos cidadãos, afirmando que "as mais poderosas tendências de legitimação da democracia, durante os anos 90, estão a ter lugar em todo o mundo, a nível local" (Castells, 2004). Também se mantém atual o pensamento de Ernâni Lopes, ao afirmar que é preciso que estas (autarquias) sejam os "motores da transformação e os centros de racionalidade do desenvolvimento económico e social sustentável" (Lopes, 2011). Mas, a responsabilidade de conseguir uma forma de vida sustentável é universal, envolve cada cidadão e requer que toda a sociedade aceite e intervenha nesse esforço de mudança."

As comunidades locais estão a mudar rápida e intensamente(...) O estado não é proprietário das pessoas ; são as pessoas as proprietárias do Estado (...)

Em ano de eleições autárquicas, o tema da reorganização administrativa, bem como a baliza de responsabilidades de cada um dos níveis da administração do Estado, naturalmente, voltará a estar em cima da mesa. A questão é saber se o Estado se organizará, tendo em conta os interesses dos cidadãos ou se teima em continuar a ser ajuizado apenas de cima-para-baixo, ou seja, sem ouvir as populações. Lembro que o Estado não é 'proprietário' das pessoas (como acontecia na ditadura), antes pelo contrário, são as pessoas os 'proprietários' do Estado. Acho que a resposta dependerá muito do modelo de discussão que o Governo e partidos políticos nos irão propor e, sobretudo, da ação ou da passividade das pessoas (cidadãos-eleitores).

Lembro que o Estado não é 'proprietário' das pessoas (como acontecia na ditadura), antes pelo contrário, são as pessoas os 'proprietários' do Estado. Acho que a resposta dependerá muito do modelo de discussão que o Governo e partidos políticos nos irão propor e, sobretudo, da ação ou da passividade das pessoas (cidadãos-eleitores).

José Fidalgo (ISEC) e júri ECOXXI - fevereiro de 2017

8 Municípios ECOXXI com EMAAC elaborada

Bragança, Funchal, Guimarães, Leiria, Loulé, Mafra*, Torres Vedras e Viana do Castelo integram os 26 municípios beneficiários do ClimAdaPT.Local, um projeto que visa iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e a sua integração nas ferramentas de planeamento municipal.

**O Município de Mafra não é beneficiário, mas acompanhou todo o processo e realizou a sua estratégia dentro do horizonte temporal do projeto.*

A necessidade de intervenção face às alterações climáticas no sentido da adaptação local é fundamental, e é encarada por estes municípios como matéria prioritária, pela inevitabilidade de que os seus impactos produzem e continuarão a produzir no território e quotidiano da população.

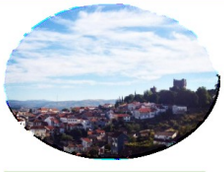
No âmbito desta Estratégia, os municípios Bragança, Funchal, Guimarães, Leiria, Loulé, Mafra, Torres Vedras e Viana do Castelo procuram assumir-se como **territórios mais resilientes** e preparados para o futuro, no que respeita o planeamento urbanístico, gestão operacional, governança e capacitação coletiva.

A necessidade de intervenção face às alterações climáticas no sentido da adaptação local é encarada por estes municípios como matéria prioritária(...)

EMAAC diferentes com objetivos comuns

Ainda que com vulnerabilidades e riscos climáticos distintos, os municípios estabelecem objetivos a prazo comuns, tais como: inventariar as vulnerabilidades atuais e futuras aos eventos decorrentes das alterações climáticas; propor opções/medidas de adaptação por forma a aumentar a capacidade de resposta do município aos fenómenos climáticos extremos e aumentar a capacidade adaptativa do município, tirando partido de potenciais oportunidades; sensibilizar os agentes sociais e económicos para a necessidade de mudança de comportamentos; divulgar e melhorar o nível de conhecimentos sobre as alterações climáticas e seus impactes; e promover a cooperação institucional ao nível nacional e internacional para investigação, experimentação e desenvolvimento das melhores práticas e soluções no domínio das Alterações Climáticas.

VISÃO ESTRATÉGICA

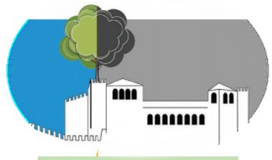


BRAGANÇA

Promover e assegurar a excelência do concelho (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), através da concretização de ações que incorporem as novas dinâmicas climáticas e em profundo diálogo de proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica.

FUNCHAL

Desenvolver uma abordagem mais consciente do município em relação às alterações climáticas, aumentando a sua capacidade adaptativa aos eventos climáticos decorrentes dessas alterações e minimizando os seus efeitos.



LEIRIA

Melhorar a sua capacidade de incorporar a adaptação às alterações climáticas nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções locais, assim como o aumento do conhecimento sobre as vulnerabilidades do concelho face às alterações climáticas e a consciencialização e educação sobre a temática.

LOULÉ

Desenvolvimento de um município consciente, informado e capacitado na resposta às alterações climáticas e que incorpore, na ação municipal e na gestão territorial os fatores, as ameaças e as oportunidades associados às novas dinâmicas climáticas.

MAFRA

Construção de um município informado e capacitado na resposta às alterações climáticas, que possui ferramentas para reduzir as suas vulnerabilidades climáticas, e que promove a consciencialização dos parceiros locais e população, com vista a um reordenamento do território de uma forma sustentável e resiliente.

TORRES VEDRAS

Garantir em Torres Vedras, a resiliência e sustentabilidade territorial, económica e social, posicionando o município na primeira linha da procura de soluções para fazer face às alterações climáticas, promovendo medidas que constituam novas oportunidades para melhorar a qualidade de vida, o desenvolvimento urbano, estimulando o investimento, a inovação e reforçando a participação dos atores locais, bem como a cooperação multilateral.

VIANA DO CASTELO

Desenvolvimento de um município consciente, informado e capacitado na resposta às alterações climáticas e que incorpore na ação municipal e na gestão territorial, os fatores associados às novas dinâmicas climáticas

48 Candidaturas a Eco-Freguesia

Regiões	N.º de candidatos
Centro	**14**
Norte	12
LVT	12
R.A. Madeira	3
R. A. Açores	3
Alentejo	3
Algarve	1

N.º de freguesias por Região

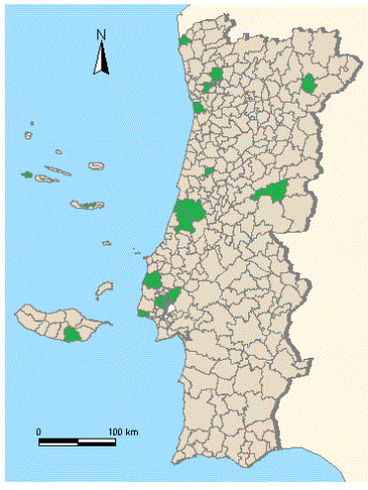
Ainda que tenham sido 102 as freguesias com intenção de concorrer, foram 48 as que efetivamente assumiram o compromisso de candidatura no ano de 2016.

Concorreram freguesias de todas as Regiões do País, incluindo Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Seguindo a tendência verificada no Programa ECOXXI, também nas Eco-Freguesias a taxa de participação é mais elevada na Região Centro (29%), seguida das Regiões Norte (25%) e Lisboa e Vale do Tejo (25%).

Das 48 freguesias candidatas (37 freguesias e 11 uniões de freguesias), 38% são predominantemente urbanas, 31% são medianamente urbanas e 31% são predominantemente rurais.

Freguesias Candidatas de 17 Municípios ECOXXI

As 48 freguesias candidatas ao Concurso Nacional localizam-se em 25 municípios de todo o País, 17 dos quais premiados com o Galardão ECOXXI 2016. **Guimarães, Funchal, Cascais, Mealhada e Pombal** com mais do que uma freguesia a concorrer.



Municípios ECOXXI 2016	Junta de Freguesia
Alfândega da Fé	Sambade
Caminha	Vilar de Mouros
Cascais	Alcabideche | S. Domingos de Rana
Funchal	Santa Luzia | São Martinho e Machico
Fundão	Três Povos
Guimarães	Fermentões | Guardizela | Longos | Ponte e Serzedelo
Horta	Pedro Miguel
Leiria	UF de Santa Eufémia e Boa Vista
Loures	Bucelas
Mealhada	UF da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes | Luso
Pombal	Carriço | Louriçal
Póvoa de Varzim	S. Pedro de Rates
Ribeira Grande	Calhetas
Santo Tirso	Negrelos (S. Tomé)
Torres Vedras	UF de Torres Vedras
Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro

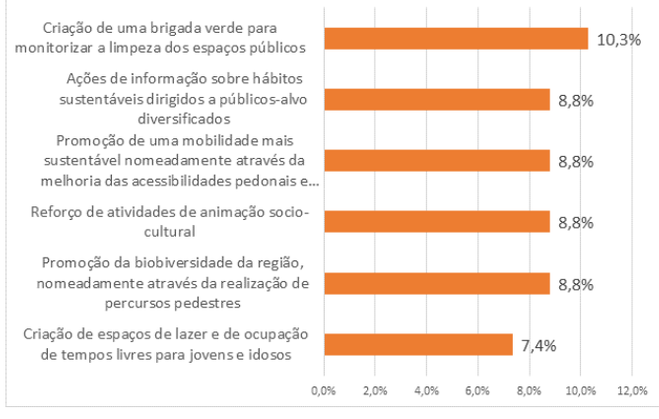
Figura e tabela - Localização e nome dos municípios ECOXXI 2016 com freguesias candidatas

Ao Eco-Freguesias XXI concorreram freguesias de todas as Regiões do País, incluindo Madeira e Açores. Mais de metade pertencem a município ECOXXI.

Respostas ao Indicador "Visão de Desenvolvimento"

A análise das respostas das freguesias no que respeita o indicador 10 "Visão de Desenvolvimento", permite concluir que são 6 os projetos/ações mais referidos pelas freguesias (que reúnem 52,9% das respostas). A **criação de uma brigada verde de monitorização da limpeza dos espaços** públicos é a resposta mais referida.

A grande maioria das freguesias evocou 5 motivos diferenciados para serem consideradas "amigas do ambiente". Destacamos as 9 principais razões identificadas (que reunem 52,6% das respostas), sendo "**uma Junta de Freguesia ativa e próxima da população**" o motivo mais referido (7,6% das respostas). A adoção de comportamentos sustentáveis por parte do executivo e funcionários da Junta de Freguesia foi referido por apenas 2,9% dos candidatos.



Respostas à questão "Identifique projetos/ações previstas para os próximos 2 anos"

Respostas à questão "Indique 5 razões para ser considerada eco-freguesia"

Ficha Técnica

Redação e edição:

José Fidalgo

Margarida Gomes
Tânia Vicente

Direção:

Margarida Gomes

Propriedade:

ABAE FEE Portugal

Presidente: José Archer

Morada: Rua General Gomes Araújo - Edifício Vasco da Gama - Bloco C

1350-355 Lisboa

Telefone: 213942747

E-mail: eco21@abae.pt

Página: www.abae.pt

Programa ECOXXI

Coordenação:
Margarida Gomes
Tânia Vicente

Comissão Nacional:

Composta por peritos das seguintes entidades:

- APA
- ADENE
- ABAE/FEE P
- Biodiversity4All
- CCDR Alentejo, Algarve, Centro, LVT e Norte
- CIDAADS
- DGADR
- DGE-MEC
- DGEG
- DRA Açores
- DROTA Madeira
- ERSAR
- FA-UL
- FC-UP
- FCSH-UNL (CICS NOVA)
- FCT-UNL
- Greenstays
- Idis.mais
- ICNF
- ICS-UL
- IEFP
- IGOT-UL
- INE
- IPQ
- ISA-UL
- ISEC
- MUHNAC
- RNAE
- SPV
- Turismo de Portugal (TP)
- Urbactiv

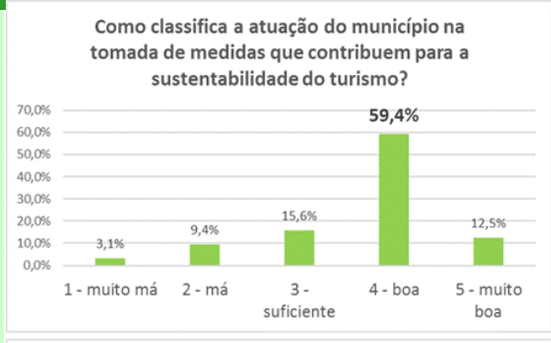
Indicador "Turismo Sustentável"

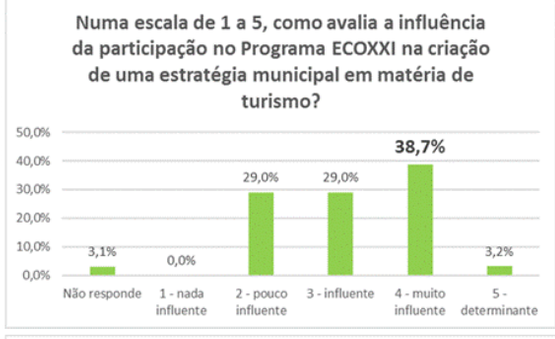
Perceção dos Municípios ECOXXI

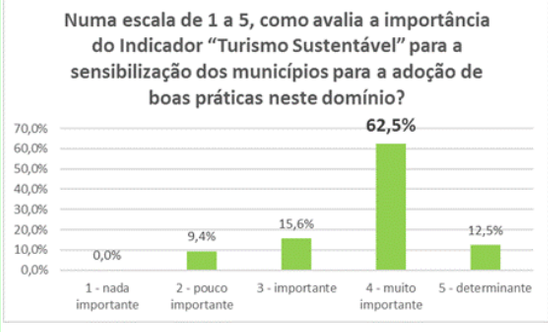
Com o intuito de avaliar o papel do Indicador "Turismo Sustentável", um dos indicadores que compõem o Programa ECOXXI, enquanto **ferramenta de monitorização da atuação dos municípios** e como instrumento passível de contribuir para a promoção do turismo sustentável, através da sensibilização destas entidades para a adoção de boas práticas, foi realizado um inquérito aos municípios participantes em 2015, nos meses de abril e maio de 2016.

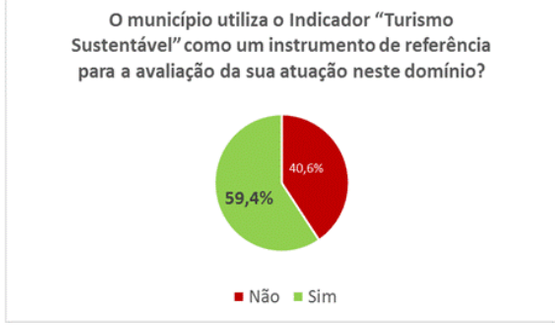
O indicador visa pretende aferir o desempenho turístico do município, bem como as iniciativas da autarquia que contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável e para a sustentabilidade da atividade turística na sua área de influência.

Foram obtidas **32 respostas** válidas (74,4% dos municípios participantes), a saber: Abrantes, Águeda, Albufeira, Alfândega da Fé, Amadora, Anadia, Arouca, Avis, Bragança, Cantanhede, Funchal, Fundão, Guimarães, Horta, Loulé, Lourinhã, Lousã, Macedo de Cavaleiros, Mafra, Maia, Manteigas, Mealhada, Oeiras, Oliveira do Hospital, Póvoa de Varzim, Ribeira Grande, Santo Tirso, Tavira, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Gaia.









Resumindo, cerca de 59% classifica como **"boa" a sua atuação em matéria de turismo sustentável**.

O indicador é considerado pela generalidade dos municípios inquiridos um **instrumento de referência** para a avaliação da sua atuação no domínio do turismo sustentável, assumindo-se como uma ferramenta muito importante para a **sensibilização para a adoção de boas práticas**.

Mais de 60% considera que a participação no Programa influencia o município na criação de uma estratégia municipal em matéria de turismo.